

Da, a expectativa da CNM é que o valor do 1% do FPM de 7 de dezembro, seja idêntico ao de 7 de julho. Referente a repatriação, o prazo para adesão é 31 de julho, e foi entregue aos prefeitos a expectativa de arrecadação. Este refere que os recursos da repatriação estão sendo creditados desde o resumo de abril do FPM, e a grande parte dos recursos deve ser creditada na conta dos municípios no primeiro depósito de agosto deste ano. Referente a retenção undecida da cota-parte do ICMS e do FUMPS B pelo Governo do Estado no FUNDO SOCIAL: na reunião técnica ocorrida dia 5 de junho de 2017 entre a FECAM e a Secretaria de Estado da Fazenda, o Estado informou que reconheceu o valor total de R\$ 437.668.156,49 relacionado aos valores do FUNDO SOCIAL. Nesse valor, R\$ 248.750.000,00 refere-se à cota-parte do ICMS retida no FUNDO SOCIAL, em 2015 e 2016, por meio da CELESC; R\$ 188.918.156,49 refere-se ao FUNDEB relativo aos exercícios de 2013 a 2016, valor conquistado através da mobilização no início do ano pela FECAM e Prefeitos. A estimativa da FECAM era de quase R\$ 800.000.000,00. A forma de pagamento será discutida com o secretário de Estado da Fazenda e a presidente da FECAM, e a sugestão da FECAM é o pagamento em 12 parcelas para os municípios menores, e em 36 parcelas para os municípios maiores, como Araxinguá e Tombos. Toda matéria será tratada, em Araxinguá, no dia 14 de julho, às 14h, com a presença do secretário, dos membros da diretoria, devidamente convocada. Araxinguá, 14 de julho de 2017.

ATA 9/2017

Os três dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, reuniram-se ordinariamente no auditório da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC) os prefeitos que compõem a Associação para tratarem do disposto no edital de convocação nº 009/2017 de 23 de junho de 2017: a) Explicação do sistema



de informática pelo Tribunal de Contas do Estado de SC (TCE/SC) nos módulos contábil, tributário e recursos humanos e discussões sobre as Instruções Normativas nº 14 e nº 20. Compôs a mesa o presidente da AMESC, prefeito de Meio Grande, Waldemar Rocha, deu início aos trabalhos com a saudação aos prefeitos, vice-prefeitos, secretários de Administração Financeira e Financeiras, contadores e controladores internos e deu as boas-vindas ao assessor da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) Spencárdio Schneider Giacomello, ao diretor geral de controle externo do TCE/SC, Carlos Tramentim, e ao diretor de controle de município do TCE/SC, Meirles Mueggem. O presidente agradeceu a presença do TCE/SC na assembleia e destacou a importância da iniciativa do TCE/SC de aproximar as administrações municipais e o Tribunal de Contas como forma de facilitar que as dívidas sejam sanadas, só que a troca de informações vem primeiro e importante para melhorar a eficiência. Giacomello agradeceu a oportunidade e disse que o objetivo da participação do TCE/SC na Assembleia Geral Ordinária da AMESC é aproximar os jurisdicionados, ouvir quais são as dificuldades enfrentadas pelos municípios com o TCE/SC, e divulgar a iniciativa de desamarelamento pelo Tribunal de um resumo de contabilidade para os municípios, e a intenção é que até o final do próximo ano ele se torne uma realidade. Tramentim, que atua há 8 anos como diretor geral de controle externo, enfatizou que o TCE/SC está unido em todas as 21 associações de municípios para fazer esta aproximação, e diz que Tribunal de Contas e jurisdicionados são parceiros. Segundo ele, certamente cada centavo arrecadado pelo município, os prefeitos têm como destino transformar aquele dinheiro, que é resultado do suor e do trabalho, na maior quantidade de bens e serviços públicos para a sociedade, e o TCE/SC tem este mesmo objetivo, que é fazer com que isto de fato aconteça. Ele salienta que não faz fiscalizações para punir os prefeitos, pelo contrário faz parte que está dentro dos prefeitos e das empresas para



concretizado, que é que cada centavo arrecadado de imposto seja transformado na melhor quantidade de bens e serviços públicos assim se garante bem estar a toda população naturalmente. Prefere-se que a AMESC é a associação de municípios que mais representatividade tem na reunião com o TCE/SC, com 14 dos 15 municipais presentes, e diz que é trabalho do Tribunal não a tempo discutir com os jurisdicionados, porque ambos têm o mesmo propósito que é melhorar o serviço público. Compreende, grande parte dos atendimentos processuais realizados por ele na História de Controle de Municípios são de municípios que não já tiveram decisões sobre alguma ação que irão desmilitar, ou seja, o propósito do município de fazer corretamente é claro, e quando isto acontece é um processo há menos, uma auditoria há menos, é mais barato para os municípios para o Tribunal, porque um processo no TCE/SC custa caro, bem. Ele diz que é muito mais tranquilo prestar a orientação, já que os municípios procuram o TCE/SC com um bom propósito de não errar. Prefere afirmar que o TCE/SC procura blindar os prefeitos, e dar todos os elementos para evitar o erro, para daqui a pouco os prefeitos não encerrarem o mandato e responderem processos por mais 4 ou 5 anos. Há acordos com ele, daqui a pouco o prefeito pode valer um deputado, saindo a nota respondendo processos no Tribunal de Contas. Ele acredita com o processo, o Tribunal tenta fazer um controle externo eficaz, porque hoje tem muitas limitações com pessoal, já que há 10 anos haviam mais de 100 funcionários na História de Controle dos Municípios (DHU), e hoje são 40 funcionários; que diante disto, tem que buscar soluções, e uma delas é a implantação do sistema para fazer um controle externo diferenciado e construtivo; que a Instrução Normativa nº 20 tem gerado muitos problemas, e foi um primeiro de erro e que o TCE/SC tem se incomodado bastante e isto gera bastante contratempos; que tem muitos problemas com a renúncia do sistema e /Sfinze; que tem problema com as empresas que prestam o serviço de contabilidade aos municípios; que tem problema técnico de lançamento que também gera problemas, ou seja, é um conjunto e o TCE/SC quer apresentar uma avaliação para isto.



para facilitar e agregar a operacionalidade aos municípios; que os municípios não tenham o menor constrangimento em expor estes problemas a DMU. Spergen questionou quais municípios ainda não conseguiram emitir os remessas de e-sfinge do 2º trimestre, e três municípios se manifestaram que ainda não conseguiram emitir por problemas com sistemas. O contador Nelson Nunes, da Prefeitura de Ororongo, enfatizou que tem enfrentado alguns problemas com o e-sfinge, mas acredita que até a primeira quinzena de julho será resolvido. Conforme Spergen, alguns municípios não conseguem a emissão das certidões mercantis do TCE/SC, e por isto são impedidos de celebrar convênios, mas as certidões em muitos casos não são emitidas por problemas técnicos na remessa do e-sfinge, mas garante que o Tribunal tem trabalhado para solucionar isto; que o TCE/SC está preocupado, e quer otimizar este processo; que reconhecem os empecilhos do sistema e tentam minimizar; que o TCE/SC tem dificuldades para cumprir, e garante que não vão fazer mais nenhuma instrução normativa sem a participação dos municípios. Tramontim disse que não serão realizadas mudanças ao longo do ano nas instruções normativas N.TC-20/2015, no entanto que foi frutado quase 90% dela; que com a IN 20 ninguém quer complicar a vida de ninguém, pois foi feita com boa vontade; que até o TCE/SC tem dificuldade de cumprir a IN 20, e que erraram, no entanto que suspenderam a zero, refletida em parceria com os municípios, os contadores, os Colegiados de Contadores das Associações, que quando prefeitos e contadores passam na sala dele, ele pergunta e todos dizem que o problema é o e-sfinge; que reconhece que os contadores têm mais coisas para se preocupar do que com o e-sfinge. Perguntando Tramontim, a partir dos problemas relatados pelos municípios, ele pensou que o TCE/SC disponibilizasse um sistema no qual os municípios não tiveram que emitir mais nada para o Tribunal; que o sistema seria concebido e concebido pelo Tribunal, e colocado à disposição dos municípios; que



deverá um sistema facultativo e usado por quem quiser, já que grande parte dos problemas vem dos sistemas com o TCE/SC; que não tem mais sentido enviar informações para o TCE/SC, porque temos mecanismos e ferramentas de tecnologia da informação que tornam isto possível de forma rápida e fácil; que não tem mais sentido continuar com o e-Sigma como está e é necessário excluir; que o sistema dará o alerta para corrigir. Ziacomello enfatizou que com este sistema que o TCE/SC quer implantar, eles querem possibilitar que qual quer cidadão tenha a disposição as informações dos municípios; que as muitas aplicações dos municípios geram um grande prejuízo ao TCE/SC; que elas não retornam para o Tribunal; que não é interessante aplicar as multas; que interessa ao TCE/SC é prevenir para que não sejam penalizados, e esta é a intenção. Tramentim diz que de referente ao novo sistema tem de concreto um expediente enviado ao presidente do Tribunal, e o de acordo dele para começar a fazer as demandas; que a ideia é fazer de forma compartilhada e todas as etapas os municípios terão conhecimento; que não querem usar qualquer contrangimento aos jurisdicionados; que os sistemas de informática custam aos 295 municípios catarinenses entre R\$ 70.000.000,00 e R\$ 80.000.000,00, sem considerar as correções, sem considerar o trabalho de servidores sob a orientação dos sistemas, e talvez chegue perto de R\$ 200.000.000,00; que vai continuar tudo igual, até irmos implantando e termos tudo padronizado dentro do que é exigido pela STN; que nada será construído sem a participação dos municípios; que a ideia é usar três municípios de partes diferentes, até ter condições de implantar; que vai demandar treinamento, mudança de cultura, mas teremos uma revelação na forma de fazermos administração pública no Estado; que vai reduzir o problema de menor o trabalho que os servidores públicos municipais tem relação ao TCE/SC. Juiz Antônio Perarus, contador da prefeitura de Turma, diz que o número de certificações digitais para emitir apenas um documento é exorbitante. Tramentim elogiou o trabalho do setor de informática, e diz que não é tão simples; que o que mais toma tempo do con



TCE/SC tem a ideia de o e-Singra; que o TCE/SC tem a ideia de o  
 295 municípios catarinenses não integrar, porque já somem  
 as despesas. Shogren diz que em pesquisa feita pelo  
 Ministério Público, 90% dos controladores internos disseram  
 que o que mais toma tempo deles é a remessa do e-  
 Singra; que o TCE/SC com o e-Singra está tomando o  
 controle para uma atividade burocrática, enquanto a função  
 dele de fato é fazer o controle da gestão pública, através  
 de auditoria, acompanhamento. Prefeito Adelino elogia a  
 iniciativa do Tribunal em desmontar este sistema, mas  
 diz que é necessário que um técnico de TCE/SC fique a  
 disposição dos Municípios nas Associações, e praticamente to-  
 dos os municípios pagam assessoria contábil, principalmente  
 por meio do Tribunal em questões técnicas; que acredita  
 que este técnico de TCE/SC nas Associações seria gas-  
 tos dos municípios. Tramontin respondeu que em alguns esta-  
 dos existe a regionalização do Tribunal de Contas, mas em  
 nenhum modelo está dentro das Associações, porque talvez  
 não tenha se pensado neste; que na década de 60 teve uma  
 agência do TCE/SC em Itajaí Miguel do Oeste porque a distância  
 não entre o Oeste e a Capital era muito grande, mas não funci-  
 onou; que de fato este modelo do Tribunal dentro das prefeituras  
 não nunca foi pensado; que tem a oportunidade de fazer isto  
 com a tecnologia de informação, porque há soluções tecnológi-  
 cas para isto, e a interação com o sistema é feita em tempo  
 real, e vamos integrar. Perguntado Shogren, o TCE/SC espe-  
 ra o chamamento de mais 10 servidores concursados, a par-  
 tir da melhora da arrecadação, e a ideia é fazer visitas com  
 técnicos ao maior número de municípios possíveis; que se  
 dependesse dele e do Tramontin os municípios receberiam uma  
 visita por ano do TCE/SC, e que uma visita ao ano ainda  
 não é adequada. Tramontin diz que tem municípios que há  
 12 anos não recebem visita do TCE/SC, e é preciso um



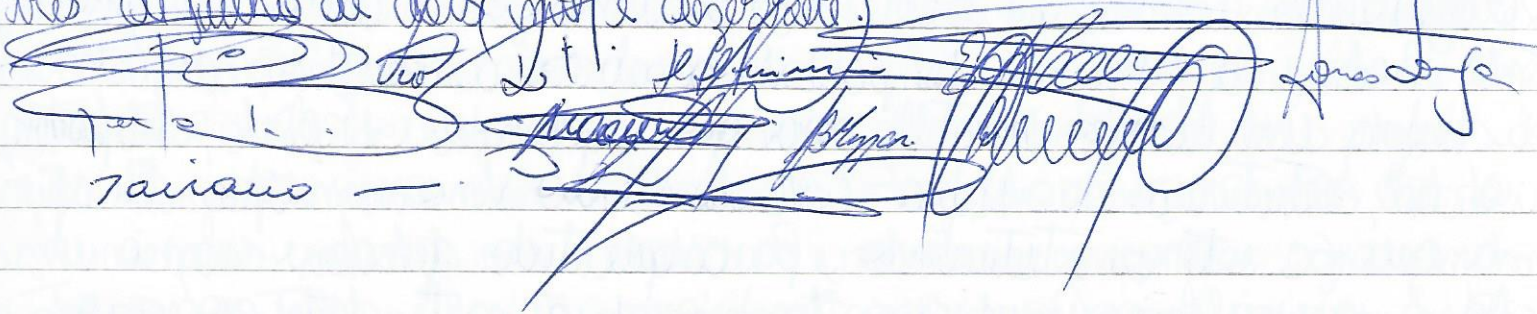
choque de presença. Prefeito Aldair disse que é preciso resgatar a orientação e a fiscalização para não abrir espaço para os municípios cometerem erros, porque nenhum prefeito quer fazer algo errado; que a proposta do TCE/SC é excelente e a Lei de Transparência tem ajudado muito os municípios. Tramontin disse que os contadores vão participar ativamente da revisão dos sistemas, mas sabe que não dá para reunir os 295 municípios no tribunal conjuntamente porque é inviável; que não se pode investir em algo que não dá retorno à sociedade, e sabe que terá oposição de colegas; que a realidade política está mudando, está tendo uma ruptura para que se possa melhorar cada vez mais; que implantar um sistema não é uma questão fácil, e o TCE/SC não pode continuar a fazer o controle externo desta forma, e as contribuições são sempre bem vindas; que a prioridade do TCE/SC é dar um melhor atendimento aos municípios. Contadores e contribuidores reclamam que enfrentam problemas no atendimento do tribunal por telefone, e Tramontin e Spregem reconheceram e garantiram que está sendo solucionado. Presidente agradeceu a presença dos funcionários do TCE/SC, relembrou a AMESC a disposição e disse que esta aproximação é muito importante, e espera que não seja oportunidade única. Graçomello agradeceu a oportunidade, enfatizou a presença dos municípios e disse que o TCE/SC percebe a necessidade de aproximação com os municípios.

5) Assuntos Gerais: O procurador jurídico da AMESC, Fábio Jerônimo, informou aos prefeitos que será enviado os municípios esta semana três projetos de lei:

- 1) Alteração da lei do ISS em virtude do adiamento da Lei Complementar nº 157/2016, que altera a Legislação Municipal no que toca ao recolhimento e atividades parciais de enquadramento do Imposto sobre Serviços de qualquer natureza, que deverá ser aprovado até 30 de setembro do corrente ano;
- 2) Projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de constar nos editais de licitação e respectivos contratos administrativos cláusula de capacitação dos trabalhadores envolvidos sobre o tema saúde e segurança do trabalho conforme sugestão apresentada pelo juiz do trabalho, Ricardo Jahn, na assembleia ordinária dos prefeitos da AMESC em 8 de março de 2017;



3) Propto de lei que padroniza a contribuição da AMESC. Juntamente em  
 formam que nos próximos dias será concluído o parecer jurídico  
 sobre o contrato de saúde da AMESC. Presidente refere que dia 28  
 de julho, às 10h será realizada a assembleia extraordinária dos  
 prefeitos da AMESC no Parque Ecológico do Município de Maracajá,  
 que ocorre juntamente com a festa do colono. O presidente falou  
 que conforme aprovado na assembleia extraordinária da AMESC, no  
 dia Treze do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, que  
 cada município cada um cominho barulhante por dois dias, e  
 os municípios de Araramunguá, Bal. Arriero do Tuba e Maracajá, que  
 são mais próximos a meta sede da AMESC, cedam uma rede  
 rodadeira ou uma pó carregadeira para a Terraplanagem, o que se  
 dá nos dias 10 e 11 de julho. Nada mais há ser tratado,  
 eu, Arlindo Rocha, Secretário, lerei a presente ata que vai por mim  
 e os membros da diretoria devidamente aramada. Araramunguá SC  
 três de julho de dois mil e dezessete.


  
 Araramunguá SC  
 Três de julho de dois mil e dezessete.

ATA 10/2017

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete,  
 às nove horas, reuniram-se extraordinariamente no Parque Ecológico  
 do Município de Maracajá, Rodovia BR 101, Km 403, 5º Inº Bairro Bela  
 Beatriz, os prefeitos que compõem a Associação dos Municípios do Oeste  
 do Sul Catarinense (AMESC), para tratarem do disposto no Edital de  
 Licitação nº 010/2017 de 13 de julho de 2017: A) 2º Seminário Re-  
 gional da Defesa Civil de Ponta Pretina com a presença do secre-  
 tário de Estado da Defesa Civil Rodrigo Moratelli. O presidente da  
 AMESC e prefeito de Novo Grande, Waldionir Rocha, abriu a reunião com  
 agradecimento a presença das autoridades do executivo e do legislativo